



Guia de usuários/as de arquivos: a mediação da informação arquivística sob o enfoque da justiça social

Vitor Hugo Teixeira

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil

vitorhugot88@gmail.com

Gracy Kelli Martins

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil

racykelli@gmail.com

Resumo: Instituições arquivísticas têm como responsabilidade garantir acesso aos documentos por meio de instrumentos de pesquisa, que representem o conteúdo desses registros. Nessa conjuntura, o guia de usuários/as de arquivos é uma ferramenta que pode ser utilizada para difundir o arquivo para o uso da própria comunidade. Diante disso, considera-se problemático que o guia não tenha recebido, historicamente, a atenção merecida, como forma de promover a mediação da informação arquivística, assegurando condições para a sua apropriação de acordo com a diversidade de usuáries/os. Nesse sentido, compreende-se que os esforços assumidos para ampliar a mediação em arquivos podem ter seu sentido expandido quando apoiados em intervenções propostas por teorias decoloniais latino-americanas, que denunciam a supressão dos saberes pela norma dominante e defendem a justiça social como mecanismo de reconhecimento das desigualdades sistêmicas e estruturais. Desse modo, tem-se como objetivo propor, à luz da justiça social, uma discussão sobre as estratégias de mediação arquivística voltadas para a elaboração do guia de usuários/as de arquivos. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, de natureza qualitativa, com base em métodos de pesquisa bibliográfica-documental que discutirá os aspectos que envolvem a mediação e a representação da informação, no contexto da Arquivologia, com enfoque na justiça social no contexto das instituições arquivísticas. Conclui-se que a discussão da correlação entre mediação e representação da informação sob o prisma da justiça social propicia uma contribuição para o desenvolvimento de articulações entre Arquivologia e Ciência da Informação comprometidas com aspirações identificadas desde o Sul global.

Palavras-chave: Mediação arquivística - Representação arquivística - Justiça social na Arquivologia - Epistemologias do Sul



Introdução

A Ciência da Informação (CI), como área do conhecimento que nasce a partir da confluência de diferentes ramos do saber, tem como vocação a transição histórica entre paradigmas, que ocorre mediante determinações diversas em meio aos diferentes contextos socioculturais em que atua. Inicialmente, em um cenário de guerra – a Segunda Guerra Mundial –, o paradigma físico estabelece uma CI cujas preocupações se limitam às questões que envolvem a recuperação da informação por meio de sistemas, através dos quais um objeto físico é transmitido de uma pessoa (emissora) a outra (receptora) (Capurro, 2003).

As diversas transformações sociais, no entanto, ocorridas em meio ao avanço tecnológico, reivindicaram que os estudos em CI considerassem os sujeitos em sua relação com a informação. A partir dessas modificações a presença do/a usuário/a ganha destaque. Num primeiro momento, isso se dá pelo surgimento do paradigma cognitivo – que concebe a informação como processo e não como coisa – e, depois, com o advento do paradigma social – que leva em consideração o conhecimento compartilhado pelas comunidades em seus diferentes domínios (Capurro, 2003).

Na atualidade, avançam os estudos que visam o estabelecimento de um outro paradigma, o intercultural, que é dedicado ao reconhecimento de iniciativas que valorizem o “conhecimento local, localizado, contextualizado e em sintonia com a história e a memória latino-americana” (Duque-Cardona, 2023, p. 64). Para Duque-Cardona, tal redirecionamento da CI, fundamental para a solução de problemas que envolvem o uso da informação pelos povos de territórios historicamente oprimidos, deve ser feito sem descartar os demais paradigmas, mas propondo um alargamento das reflexões epistemológicas que promova a abordagem de outros saberes.

De modo semelhante, a Arquivologia – que se relaciona com a CI desde o seu surgimento – tem seu desenvolvimento marcado pela ruptura entre dois paradigmas: o custodial, que empreende seus esforços voltados à custódia e à preservação dos sistemas de informação; e o pós-custodial, que confere uma natureza científica à área, percebendo o/a usuário/a como agente ativo/a no processo de interação com a informação (Ribeiro, 2010). De acordo com a autora, no paradigma custodial, a concepção de mediação realizada pelo/a arquivista é “passiva e até contrária ao utilizador, porquanto a prioridade estava na guarda do património cultural incorporado e acumulado e não no acesso ou na difusão plena” (Ribeiro, 2010, p. 65).

Dito isso, a presente pesquisa reconhece a relevância de cada paradigma para o desenvolvimento da CI e da Arquivologia. Desse modo, sem descartar os conhecimentos promovidos por cada um deles, pretende-se, em uma perspectiva pós-custodial dos arquivos, contribuir para evidenciar a abordagem intercultural dos estudos em informação no processo de mediação da informação arquivística.

Metodologia

Destarte o exposto, quanto às caracterizações da pesquisa, cabe destacar que se trata



de uma pesquisa de natureza básica, de caráter exploratório e descritivo e delinea-se com uma abordagem qualitativa. Mediante aos procedimentos técnicos, a investigação fundamenta-se na pesquisa bibliográfica e documental, a partir de fontes de informações científicas, como livros, periódicos científicos, manuais e normas para estabelecer o entrelace das temáticas e empreender uma discussão que evidencie a mediação da informação arquivística sob a égide do paradigma intercultural, no desenvolvimento do guia de usuário como instrumento de acesso, uso e apropriação da informação em equipamentos informacionais. Assim, situar a pesquisa no paradigma intercultural da CI e relacionar os temas da mediação e da representação da informação em arquivos com a perspectiva dos dispositivos culturais, em favor da justiça social, consiste em uma valorização de um diálogo horizontal entre diferentes conhecimentos, incluindo outros tipos que resistem, num movimento que Santos e Meneses (2009) denominam como “ecologia de saberes”.

Descrição arquivística e o fortalecimento das identidades: o papel do guia de usuários

Considerando-se a perspectiva teórica e empírica da literatura científica sobre arquivos, a atuação profissional no âmbito das instituições arquivísticas gira, historicamente, em torno das funções do arquivo, que, segundo os seus principais propagadores Rousseau e Couture (1998), são sete: produção, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão. Essas funções abrangem “desde o processo de criação dos documentos até seu acesso e difusão” (Lehmkuhl & Silva, 2023, p. 2), num contexto em que o arquivo é tido como a “instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos” (Arquivo Nacional, 2005, p. 19). Assim, as funções arquivísticas, que compõem a teoria da gestão de documentos, são utilizadas para embasar as ações realizadas pelos/as arquivistas nesses equipamentos informacionais.

Na contemporaneidade, os avanços legais, tecnológicos e sociais que contribuem para subsidiar o acesso a informações mantidas em arquivos, aliados à relevância da ampliação do alcance desses dispositivos para fins de fortalecimento das identidades e da cidadania dos sujeitos, despertam, mais do que nunca, para a necessidade do intercâmbio entre diferentes áreas do conhecimento. Nesse contexto, no que tange aos instrumentos e às práticas através dos quais os sujeitos podem se apropriar das informações, a CI e a Arquivologia, ambas interdisciplinares por natureza, têm empreendido um crescente diálogo em benefício mútuo. Para Araújo (2011), enquanto a CI forneceu à Arquivologia o cenário ideal para a discussão de suas bases teóricas, a Arquivologia favoreceu a CI com o seu legado de técnicas e conceitos acerca dos documentos, além de ideias sobre temas como memória, patrimônio, organicidade e historicidade dos registros.

Nesse cenário, um dos principais pontos de conexão entre os dois campos é aquele reconhecido no âmbito da CI como Organização e Representação da Informação e do Conhecimento (ORIC). Linden e Vital (2022) afirmam que, no âmbito dos arquivos, a



classificação e a descrição de documentos estão entre as funções arquivísticas que mais fortemente desenvolvem processos de ORIC. Em suma, as funções arquivísticas de classificação e descrição contribuem com o desenvolvimento de metodologias que possibilitam a representação, a organização e a recuperação da informação nos arquivos. Dessa forma, aproximam a Arquivologia e a CI à medida em que a primeira se apropria das metodologias de tratamento e recuperação propostas pela segunda, ao mesmo tempo em que lhe oferece um espaço privilegiado de atuação (Barros, 2016).

De acordo com Orrico e Silva (2019), as instituições arquivísticas têm a função social de garantir acesso aos documentos por meio de instrumentos de pesquisa, que representam o conteúdo desses registros. Para os/as autores/as, a efetivação da transferência de informação nos arquivos, como um processo que vai do armazenamento do documento até a divulgação de seus conteúdos, é concretizada através desses instrumentos – como os guias, os inventários e os catálogos –, que são elaborados a partir de subsídios metodológicos fornecidos pela já mencionada descrição arquivística – função do arquivo que compreende o processo em que o/a arquivista cria representações do acervo, apresentando seu contexto e conteúdo (Oliveira, 2010).

Nessa conjuntura, o guia de usuários/as de arquivos é um instrumento de pesquisa abrangente que, diferentemente dos demais instrumentos, que auxiliam os sujeitos na consulta detalhada aos objetos do acervo, pode ser utilizado também como ferramenta para difundir o próprio arquivo perante a comunidade, despertando interesses e necessidades informacionais a mais pessoas. Isso se torna possível mediante um esforço para expandir a forma como se compreende a sua finalidade, resumida em

[...] propiciar uma visão de conjunto dos serviços de arquivo, de modo a permitir ao pesquisador saber quais são seus recursos, a natureza e o interesse dos fundos que ele abriga, os instrumentos de pesquisa de que dispõe e as fontes complementares. É um instrumento de pesquisa descritivo e feito com espírito prático (Bellotto, 2004, p. 191).

Apesar do potencial apresentado pelo guia de usuários para promover o acesso, o uso e a apropriação da informação em arquivos, bem como para popularizar essas instituições perante o público, nota-se que são incipientes as publicações que abordam essa ferramenta.

Na literatura arquivística brasileira, o guia de usuários de arquivos, também chamado de guia do arquivo, guia do acervo e guia de fundos, é notadamente abordado apenas em algumas obras clássicas lançadas num curto intervalo de tempo durante a virada do último século, e depois é praticamente esquecido enquanto tema de pesquisa. A abordagem do Guia está presente no livro “Arquivos permanentes: tratamento documental”, de Heloísa Liberalli Bellotto (2004); no livro “Arquivo: teoria e prática”, de Marilena Leite Paes (1997); e no livro “Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa”, de André Porto



Ancona Lopez (2002) – que reúnem orientações para a elaboração de guias, inventários e catálogos.

Para Lopez (2002), dentre os instrumentos de pesquisa de que um arquivo pode dispor, o guia é aquele que deve ser elaborado primeiro, por ser a “porta de entrada” da instituição e permitir uma visão geral do acervo. Segundo o autor, através do guia as pessoas passam a conhecer as condições de acesso e de consulta aos documentos e a definir quais conjuntos lhes interessam, programando, assim, suas visitas. Em suas palavras:

A primeira atividade de descrição de qualquer instituição detentora de acervos arquivísticos deve ser a elaboração de um bom guia – o que não implica, necessariamente, edições esteticamente agradáveis. É a maneira mais rápida e mais eficiente de disponibilizar aos pesquisadores em geral uma visão mais global do acervo e da instituição de guarda. Mesmo em instituições cujo acervo ainda não esteja completamente organizado, o mapeamento geral feito por um guia é fundamental para que se possa conhecer melhor a situação dos documentos e, assim, elaborar estratégias de organização (Lopez, 2002, p. 37).

Com isso, uma vez que “[...] o trabalho de um arquivo só se completa com a elaboração de instrumentos de pesquisa [...]” (Paes, 1997, p. 126), considera-se contraditório e problemático que o guia de usuários não tenha recebido, ao longo dos anos, a atenção merecida.

Os avanços tecnológicos e a crescente necessidade de mediação da informação

É verdade que o avanço tecnológico possibilitou o desenvolvimento de ferramentas potentes para a difusão de arquivos, como é o caso do *ICA-AtoM*, um software livre multilíngue, baseado nos padrões do Conselho Internacional de Arquivos (ICA), que oferece uma série de recursos de descrição de acervos em vários níveis, podendo ser adotado por vários tipos de instituições (AtoM, 2022). Contudo, Soares e Cé (2023), que analisaram a mediação arquivística exercida por meio dessa ferramenta nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), sugeriram, justamente, a elaboração de guias, manuais, oficinas e treinamentos para capacitar os/as usuários/as a utilizá-la. Isso coaduna com a afirmação de Duff (2016), de que quanto mais aumentam e se diversificam os grupos de usuários/as que acessam os arquivos em meio eletrônico, mais aumenta a necessidade de mediação.

Assim, tendo em vista que “os arquivistas podem assumir um papel proativo ou reativo na promoção e facilitação do uso dos documentos. [...]” (Duff, 2016, p.172), aposta-se na primeira postura para reafirmar a relevância da implementação do guia de usuários/as como forma de promover a mediação da informação em arquivos – entendendo que a implementação plena desse instrumento não se resume a uma rigorosa elaboração através de critérios de descrição, mas inclui o estabelecimento de estratégias de planejamento, implantação e



divulgaçãoção que, juntas, viabilizem os impactos a que se propõe.

Diante disso, atenta-se para a urgência ao que Brandão e Lima (2016) se referem como mediação pós-custodial:

“[...] uma mediação voltada para o usuário ativo [...] que reconhece sua necessidade informacional, busca informações para satisfazê-la, que critica e avalia a informação recebida e não mais para o usuário passivo que esperava seu problema ser resolvido pelo profissional da informação. [...]” (Brandão; Lima, 2016, p. 120).

Contrapondo-se à crítica aqui formulada, alguém poderia afirmar que a inexistência da mediação da informação na teoria básica arquivística poderia estar contemplada pelas noções que envolvem aquilo que a Arquivologia compreende por serviço de referência – definido pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística como:

1 Conjunto de atividades destinadas a orientar o usuário quanto aos documentos relativos ao tema de seu interesse, aos instrumentos de pesquisa disponíveis e às condições de acesso e de reprodução.

2 Unidade administrativa responsável pelo serviço de referência (1) (Arquivo Nacional, 2005, p. 143).

No entanto, Almeida Júnior (2015), para quem a informação é aplicada como sustentação ideológica no esforço pela perpetuação de um sistema social, político, econômico e cultural, denuncia que o serviço de referência nunca dispôs de bases teóricas para sustentar tanto as atividades de seu escopo quanto as discussões e reflexões sobre o tema. Isso remete à necessidade de olhares que possam transcender à ideia de uma necessidade informacional alicerçada somente na oferta de materiais. Através desse diálogo, o autor define a mediação da informação como:

“[...] toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais – direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais (Almeida Júnior, 2015, p.15).

Diante desse cenário, a mediação da informação surge como uma proposta de teorização para sustentar as novas e necessárias reflexões que envolvem o serviço de referência.



Resultados e discussões: Justiça social para o protagonismo em arquivos: contribuições das epistemologias do Sul

Ao evidenciar, a partir de uma análise crítica da literatura, reflexões acerca de como as instituições arquivísticas podem potencializar o desenvolvimento do protagonismo social, Santos, Sousa e Gomes (2022, p. 282) ressaltam a necessidade de se compreender que “[...] historicamente, a instituição arquivística representou um lugar, uma posição e contou sobre a memória pautada em discurso oficial”. Nesse sentido, compreende-se que os esforços assumidos por arquivistas para ampliar a mediação em arquivos podem ter seu sentido ampliado quando apoiados em intervenções propostas pelas Epistemologias do Sul – que denunciam a supressão dos saberes praticada pela norma epistemológica dominante (Santos; Meneses, 2009) e vêm para oferecer uma alternativa em benefício da pluralidade de vozes em resistência contra a opressão dentro dos arquivos, ao passo que contestam os modelos vigentes e propõem novas formas de encarar a produção e o acesso ao conhecimento.

São epistemologias do Sul porque “utilizam referentes epistêmicos do Sul global, o que não implica que excluam importantes referentes do ocidente, fundamentais para a compreensão da sociedade” (Duque-Cardona, 2022, p. 13, tradução própria). Corroborando com essa afirmação, Santos (2022) pontua que não se deve descartar o conhecimento deixado pelo colonizador, mas utilizar de seletividade nas informações. Tendo em vista que as normas, diretrizes e modelos para a organização de informações são mantidos e apoiados por entidades de origem anglo-saxônica e que a participação de atores de diferentes origens é baixa, a consequência é que esses padrões refletem a visão de mundo de seus criadores. Impera-se, portanto, considerar que a compreensão do mundo é muito mais ampla do que a compreensão ocidental do mundo, e que essa diversidade deve ser incentivada e transformada por meio da teoria e da prática, e não monopolizada por uma teoria geral (Duque-Cardona; Restrepo-Fernández, 2021).

No que diz respeito ao papel da CI nesse processo, merece destaque o esforço pelo diálogo entre teoria e prática, que proporcione a colaboração dos sujeitos e de suas comunidades, oportunizando a elaboração coletiva de metodologias “com um olhar comprometido com os contextos sociais locais” (Almeida; Santos, 2023, p. 19). Nesse escopo, as Epistemologias do Sul para a CI consideram quatro marcos analíticos para delinear a prática científica: marco teórico, marco extrateórico, marco filosófico e marco étnico-espacial. Cada um desses campos abrange diversas categorias conceituais, que podem ser adotadas de maneira combinada, considerando-se os objetivos propostos por cada iniciativa. Assim, para a presente pesquisa, em consonância com os pressupostos das Epistemologias do Sul e sob a ótica do paradigma intercultural da CI, optou-se pela abordagem dos arquivos enquanto dispositivos culturais (marco teórico) em benefício da justiça social (marco extrateórico).

Diante da necessidade de promover reflexões sobre as reais possibilidades de ampliação e pluralização do público dos arquivos, é preciso reconhecer que muitos deles – sobretudo, os arquivos comunitários – não possuem as condições tecnológicas, estruturais,



orçamentárias e de pessoal necessárias para a obtenção e a operacionalização de ferramentas como o *ICA-AtoM*. Para Duff (2016, p. 171), “[...] a promessa de acesso universal ao material arquivístico não se concretizará a não ser que haja arquivistas disponíveis para ajudar na mediação entre usuários e o que eles buscam [...]”. Isso reforça a necessidade de encarar os arquivos enquanto organizações sociais cujos conteúdos não devem permanecer restritos a uma pequena parcela de usuários/as que lidam diretamente com a documentação. Em busca de uma abertura dos arquivos para favorecer o exercício da cidadania por todas as pessoas, como ambientes de inclusão social e como instrumentos de emancipação dos sujeitos, tem-se que admiti-los como verdadeiros dispositivos culturais – o que, de acordo com Pinho (2013), é uma forma de colaborar com a elaboração de políticas para promover o acesso e a divulgação de bens e artefatos culturais, oferecendo aos sujeitos maiores oportunidades para desenvolver suas potencialidades culturais.

Já com relação à justiça social, considera-se a urgência destacada por Tognoli (2022), de um repensar ético da pessoa arquivista, para suprir as demandas contemporâneas da sociedade diante de uma ressignificação do poder dos arquivos. Para a autora, a sociedade “[...] tem buscado, agora também nos arquivos, encontrar meios para que a justiça social possa acontecer – ainda que saibamos que ela será sempre um ideal a ser alcançado – em sua plenitude” (Tognoli, 2022, p. 2).

Em pesquisa anterior, Tognoli e Rocha (2021) indicaram que o tema da justiça social não tem sido observado na literatura científica da Arquivologia no Brasil. Além disso, ao discutir teoricamente a aplicação da justiça social nos estudos da Arquivologia em âmbito internacional por meio de uma revisão de literatura entre 2000 e 2018, ela observa que este tema tem extrapolado as discussões econômicas do conceito, passando a demonstrar uma preocupação com questões como igualdade racial e de gênero e com comunidades marginalizadas, passando a ser compreendida como um instrumento para o reconhecimento das desigualdades sistêmicas e estruturais. Assim, a autora infere que “faz parte da responsabilidade social do arquivista promover e manter a justiça social, apoiar iniciativas, assumir posições políticas e criar possibilidades de garantias de direito e acesso” (Tognoli; Rocha, 2021, p. 5).

Conclusão

Fundamentando-se no que foi exposto até aqui, apoiando-se na necessidade de reformulação das práticas arquivísticas para atender demandas das transformações sociais e promover uma mudança nas perspectivas com foco nos documentos para evidenciar as necessidades informacionais dos usuários (Brandão; Lima, 2016), buscou-se respostas para a sobre com delinear, através dos processos que envolvem a implementação do guia de usuários/as de arquivos, estratégias de mediação arquivística que favoreçam a promoção da justiça social.

Cientificamente, esta iniciativa se justifica pela necessidade de uma discussão teórica que estabeleça, em nome da popularização dos arquivos, a adoção de marcos metodológicos



que impliquem uma abordagem alternativa ao método científico tradicional. Nesse sentido, acredita-se que a promoção de uma correlação entre a mediação e a representação da informação sob o prisma da justiça social, juntamente com o entendimento do arquivo como um dispositivo cultural, representa uma contribuição para o desenvolvimento de uma articulação entre Arquivologia e CI comprometida com aspirações identificadas desde o Sul global.

Socialmente, acredita-se nos impactos de tal iniciativa por ela oferecer uma alternativa relativamente simples que visa promover, através da atuação de arquivistas, o protagonismo social por meio da transformação do arquivo, que passaria, através da implementação do guia de usuários/as, a exercer um enfoque no entorno das comunidades, estimulando a sua participação nos processos de acesso e apropriação de informações.

Pelo que foi exposto até aqui, percebe-se que não há, na literatura, respostas para que se delimitem, com exatidão, estratégias eficazes de mediação voltadas para a implementação do guia de usuários de arquivos à luz da justiça social. Apesar disso, a reflexão no entorno desta problemática permite presumir que esse processo seja guiado por, ao menos, quatro diretrizes, quais sejam: a discussão dos aspectos que envolvem a mediação da informação no contexto da Arquivologia; o entendimento da representação da informação em arquivos como prática de mediação implícita; o fomento ao debate sobre a justiça social no contexto das instituições arquivísticas; e o delineamento de ações específicas de mediação da informação voltadas para os diferentes processos que envolvem a implementação plena do guia (planejamento, elaboração, implantação e divulgação).

Espera-se que essas discussões iniciais possam contribuir para a reflexão sobre a mediação da informação em arquivos e para o protagonismo social, ao passo que isso também confira aos arquivos um melhor posicionamento no seio da sociedade latino-americana.

Agradecimentos

À Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ), pelo incentivo ao desenvolvimento científico e social por meio da concessão de bolsa de estudo.

Referências Bibliográficas

Almeida, M. A. D., & Santos, G. F. D. (2023). Novos desafios epistêmicos e sociais da ciência da informação. *Encontros Bibli*, 28, e92952. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/92952>. [Consulta: 10 jul. 2023]

Almeida Júnior, O. F. D. (2015). Mediação da informação: um conceito atualizado. *Mediação oral da informação e da leitura*. Londrina: ABECIN, 9-32.

Araújo, C. A. Á. (2011). Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia: relações institucionais e teóricas. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, 16(31), 110-130. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2011v16n31p110>. [Consulta: 10 jul. 2023]



- Arquivo Nacional (2005). Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro.
- AtoM (2022). Open Source Archival Description Software. Disponível em: <https://www.accessmemory.org/pt-br/>. [Consulta: 10 jul. 2023]
- Barros, T. H. B. (2016). A Indexação e a Arquivística: aproximações iniciais no universo teórico da organização e representação do conhecimento. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, 21(46), 33-44. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2016v21n46p33>. [Consulta: 10 jul. 2023]
- Bellotto, H. L. (2004). *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Brandão, G. D. S., & Lima, J. (2016). Mediação da informação arquivística: o papel do arquivista pós-custodial. *Revista Analisando em Ciência da Informação*, 4, 118-136. Disponível em: http://arquivologiauepb.com.br/racin/edicoes/v4_nesp/racin_v4_nesp_artigo_0118-0136.pdf. [Consulta: 10 jul. 2023]
- Capurro, R. (2003). Epistemologia e ciência da informação. In: Encontro Nacional De Pesquisa Em Ciência Da Informação, 5., 2003, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: UFMG. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. [Consulta: 10 jul. 2023]
- Duff, W. M. (2016). Mediação arquivística: Correntes atuais do pensamento arquivístico. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Duque-Cardona, N.; Mazo, J.D.L.; Uribe, W. P. (2023). Abordagens e quadros analíticos para pensar em Biblioteconomia e Ciência da Informação. In: Duque-Cardona, N. (Org.). *Lenguaje, memoria e información: fundamentación para la Biblioteconomia y la CI desde Abya-Yala*. Florianópolis: Selo Nyota; Rocha.
- Duque-Cardona, N. (2022). Una mirada amefricana a la Bibliotecología y la CI: fundamentación desde el Sur. *Revista EDICIC*, 2(1). Disponível em: <https://ojs.edicic.org/index.php/revistaedicic/article/view/187>. [Consulta: 10 jul. 2023]
- Duque-Cardona, N., & Restrepo-Fernández, M. C. (2021). Bibliotecología para América Latina y el Caribe, propuesta teórica y filosófica para la discusión. *Liinc em Revista*, 17(2), e5727-e5727. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5727>. [Consulta: 10 jul. 2023]
- Lehmkuhl, C. S., & Silva, E. C. L. D. (2023). A Organização do Conhecimento e da Informação: aspectos conceituais e sua aplicação nas funções arquivísticas. *Em Questão*, 29, e-125811. Disponível em: <https://doi.org/10.19132/1808-5245.29.125811>. [Consulta: 10 jul. 2023]
- Linden, L. L., & Vital, L. P. (2022). Classificação e descrição à moda brasileira: uma análise em arquivos públicos estaduais brasileiros. *Brazilian Journal of Information Science: research trends. Marília, SP: UNESP, Faculdade de Filosofia e Ciências. Vol. 16 (2022), e02158*. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/12861/>. [Consulta: 10 jul. 2023]
- Lopez, A. P. A. (2002). Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa. Disponível em: https://www.argsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf6.pdf. [Consulta: 10 jul. 2023].



- Oliveira, LMV (2011). Modelagem e status científico na descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-14062011-134720/pt-br.php>. [Consulta: 10 jul. 2023].
- Orrico, E. G. D., & da Silva, E. P. (2019). Divulgação científica nos arquivos do Brasil: representação arquivística na construção da memória e identidade. *Em Questão*, 256-277. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/85152>. [Consulta: 23 ago. 2023].
- Paes, M. L. (1997). Arquivo: teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora FVG.
- Pinho, F. A. (2013). Apresentação. In: Pinho, F. A. (Org.). *Dispositivos culturais e espaços de memória*. Recife: Editora Universitária da UFPE.
- Ribeiro, F. (2010). Da mediação passiva à mediação pós-custodial: o papel da Ciência da Informação na sociedade em rede. *Informação & Sociedade: estudos*, vol. 20, n. ° 1, Janeiro-Abril 2010, p. 63-70. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/4440/3420>. [Consulta: 23 ago. 2023].
- Rousseau, J. Y., & Couture, C. (1998). *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote.
- Santos, R. D. R., Sousa, A. C. M. D., & Gomes, H. F. (2022). As dimensões da mediação da informação no âmbito das instituições arquivísticas. *Em Questão*, 28(1), 281–298. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/112753>. [Consulta: 23 ago. 2023].
- Santos, B. S.; Meneses, M. P. (2009). Prefácio. In: Santos, B. S.; Meneses, M. P. (Org.) *Epistemologias do sul*. Coimbra: Edições Almedina.
- Santos, B. S. (Aula Magistral). (2022). O lugar da ciência nas epistemologias do Sul. You Tube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9sx5WUYysKU>. [Consulta: 25 fev. 2024]
- Soares, A. P. A., & Cé, G. (2023). A mediação da informação na plataforma digital ICA-AtoM. *Em Questão*, 29, e-127577. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/127577>. [Consulta: 23 ago. 2023].
- Tognoli, N. B., & de Queiroz Rocha, G. M. (2021). A Justiça Social na Arquivologia: uma revisão de literatura. *Ágora: Arquivologia em debate*, 31(63), 1-23. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/987>. [Consulta: 23 ago. 2023].
- Tognoli, N. B. (2022). A justiça social na prática arquivística: caminhos possíveis para um repensar da ética arquivística. *Boletim do Arquivo Geral da USP*, Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://sites.usp.br/arquivogeral/wp-content/uploads/sites/39/2021/06/2022n05-SAUSP.pdf>. [Consulta: 23 ago. 2023].

